

UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES SOCIEDADE-NATUREZA NO VALE DO MUCURI: 1852-1983¹

Marcos Lobato Martins²

Resumo: Este artigo analisa as relações sociedade-natureza que caracterizaram a história do Vale do Mucuri, no período entre 1852 e 1983. Demonstra-se que os padrões de interação homem-natureza foram decisivos para a formação do espaço regional e que muito contribuíram para transformar o Vale do Mucuri numa “região-problema”. As fontes utilizadas são relatórios e estatísticas oficiais, documentos cartoriais, relatos de viajantes estrangeiros, textos de memorialistas locais e depoimentos de antigos habitantes da região.

Palavras-chave: Vale do Mucuri; Espaço Regional; Degradação Ambiental.

A HISTORY OF THE RELATIONS BETWEEN SOCIETY AND NATURE IN MUCURI VALLEY: 1852-1983

Abstract: This paper analyzes the society-nature relations that characterized the history of the Mucuri basin, in the period 1852-1983. It is shown that patterns of Man-Nature interactions were decisive for the formation of regional space and greatly contributed to transforming the Mucuri basin in a “problem-region”. The fonts used are official reports and statistics, notary documents, foreign travelers’ narratives, local memoir texts and testimonies from ancient inhabitants of the region.

Keywords: Mucuri Valley; Regional Space; Environmental Degradation.

Introdução

Os telejornais do início de novembro de 2009 noticiaram as grandes enchentes que alagaram inteiramente o centro da cidade de Carlos Chagas e diversos bairros da cidade de Nanuque, ambas situadas na porção leste do Vale do Mucuri. O fenômeno é comum na região, revelando, periodicamente, como foram desequilibradas as relações entre o homem e a natureza no Nordeste de Minas Gerais. Última fronteira agrícola do Sudeste brasileiro, na virada do século XIX para o século XX, o Vale do Mucuri foi ocupado por migrantes originários do vizinho Jequitinhonha, do Norte de Minas e do Centro-Sul da Bahia. Fazendeiros, camponeses e trabalhadores rurais buscaram na região a “fartura” que ofereciam

¹ O artigo é resultado de pesquisa desenvolvida dentro do projeto "Diagnóstico socioambiental da bacia do Mucuri", realizado pelo Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) em 2009, com financiamento da FAPEMIG.

² Doutor em História. Professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG.

as terras úmidas, cobertas pela exuberante Mata Atlântica (RIBEIRO, 1996). A conquista e o povoamento do Vale do Mucuri resultaram na alteração extensa e profunda das paisagens naturais, processo que gerou espiral ascendente de efeitos ambientais negativos. Na perspectiva da longa duração, as atividades antrópicas no Vale do Mucuri têm minado as próprias bases de reprodução no espaço da sociedade regional.

Este trabalho analisa a trajetória das interações homem-natureza na superfície mineira drenada pelo Mucuri e seus afluentes (Mapa 1), abarcando o período compreendido entre as décadas de 1850 e 1970. Trata-se de visão panorâmica, de caráter exploratório, construída numa perspectiva qualitativa, em torno de indagações sobre as modalidades regionais de uso da terra e dos recursos naturais, as formas de degradação ambiental que caracterizaram o processo de ocupação do Vale do Mucuri e os efeitos que estas produziram na definição do atual perfil sócio-ambiental da região. O marco cronológico inicial do estudo é dado pelo início de operação da Companhia do Mucuri, fundada pelos irmãos Teófilo e Honório Otoni, cujas atividades impulsionaram decisivamente a ocupação das matas que circundavam a calha do rio, desde suas cabeceiras, a oeste, até a foz atlântica, em São José do Porto Alegre (atual cidade de Mucuri), na Bahia. O ponto final do estudo é a época de cessação das atividades da maior empresa madeireira que operou na região, a Brasil-Holanda Madeiras Compensadas S.A, instalada em Nanuque.

MAPA 1



Fonte: Elaboração do autor.

As fontes empregadas são variadas, prevalecendo as de extração local, compulsadas e construídas em viagens de campo realizadas ao longo dos anos 2008 e 2009. Destacam-se os relatos de viajantes estrangeiros e os textos de memorialistas locais, os documentos dos Cartórios de Ofícios e Notas de Malacacheta e Águas Formosas, e os depoimentos de antigos moradores do Vale do Mucuri. O recurso à história oral se justifica por duas razões. A primeira delas diz respeito ao fato de que a ocupação de grande parte da região é recente, remontando às primeiras décadas do século XX, e prosseguiu até os anos 1950. A segunda razão se refere aos ritmos específicos do Vale do Mucuri, região relativamente isolada e marginal no cenário brasileiro e mineiro, ritmos ditados por práticas tradicionais de mineração, agropecuária e comércio que atravessaram quase todo o século passado.

Os usos da terra no Vale do Mucuri

Amplo espaço ocupado originalmente por matas e diversas tribos indígenas, o Vale do Mucuri foi conquistado por colonos ao longo dos séculos XIX e XX. Três frentes de povoamento garantiram a ocupação da região. A partir das décadas iniciais do século XIX, o sudoeste do vale recebeu fazendeiros, camponeses, garimpeiros e raizeiros que, por assim dizer, “transbordaram” da região de entorno de Minas Novas. Em meados do Oitocentos, as áreas próximas à calha dos rios Todos os Santos e Mucuri foram ocupadas por colonos e fazendeiros atraídos pela Companhia do Mucuri e, a partir dos anos 1890, migrantes do Jequitinhonha, Norte de Minas e Bahia, fugindo das secas e da concentração de terras nas mãos de grandes pecuaristas, adentraram as porções norte e leste do Mucuri, especialmente o Vale do Pampã (MARTINS E NUNES, 2009).

Nas terras devolutas da mata, os colonos abriram clareiras, construíram casas e implantaram a chamada “roça de toco”, isto é, lavouras de mantimentos baseadas em técnicas aprendidas com os indígenas e tradicionalmente empregadas em Minas Gerais. A floresta era derrubada, ateava-se fogo sobre o terreno para limpá-lo de galhos e folhas e os tocos remanescentes eram arrancados. Sobre a terra assim preparada, faziam-se plantações, cujos rendimentos nos primeiros anos eram fabulosos, conforme observara Saint-Hilaire (2000). Em 1858, o Barão Tschudi anotou rendimentos de culturas nas fazendas do Mucuri: o milho rendia entre 80 a 120 vezes, o arroz rendia até 200 vezes e o feijão preto, 40 vezes (TSCHUDI, 2006: 229-230). Todavia, em questão de vinte ou vinte e cinco anos, a terra cultivada no sistema da “roça de toco” ficava esgotada, servindo no máximo para pastagem. Novas áreas eram, então, incorporadas pelos colonos, com o reinício do processo. Dessa

forma, a existência de uma “fronteira aberta” tornou-se a condição para a reprodução ampliada da sociedade agrícola que se instalou no Vale do Mucuri.

De maneira geral, as maiores fazendas foram instaladas nas áreas mais planas, próximas aos cursos dos rios da região. As propriedades camponesas ocupavam, por sua vez, vales fluviais mais estreitos e encostas. Nessas propriedades, os colonos cultivaram mandioca, batatas, inhames, carás, milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar. Nas grandes fazendas, as atividades agrícolas eram combinadas com a pecuária bovina. Quadro inicial da paisagem rural do Vale do Mucuri pode ser inferido a partir das informações de Tschudi:

TABELA 1 – Fazendas visitadas por Tschudi no Mucuri, 1858

Proprietário	Distância Filadélfia	Principais atividades	Mão-de-obra
Joaquim José de Araújo Maia	2 léguas	Café, cana (açúcar, cachaça)	100 escravos
Dr. Manuel Esteves Otoni	3 léguas	Café	-
Antônio José Veloso Soares	4 léguas	Algodão, café	-
José Ferreira dos Reis	1 légua	Milho (farinha), serraria	-
Augusto Otoni	1,5 léguas	Mantimentos, café	-
Gazanelli	6,5 léguas	Mantimentos, bicho-da-seda	-
Antônio Gomes	7 léguas oeste	Milho, mandioca	Naknenuks
Marcelino Domingues	3 léguas oeste	Cana, cachaça e rapadura	3 diaristas chineses

Fonte: TSCHUDI, 2006. Adaptação dos dados feita pelo autor.

Com o passar dos anos, a estrutura fundiária no Vale do Mucuri constituiu-se de maneira similar à da região do Médio Jequitinhonha, abrigando grandes fazendas (repletas de agregados) e unidades camponesas, voltadas para a produção agropecuária diversificada. Na virada do século XIX para o século XX, a cafeicultura despontou como a principal lavoura comercial tanto no oeste quanto no norte da região. A documentação cartorial existente em cidades do Mucuri, ainda praticamente inexplorada, permite visualizar melhor os usos que as terras da região passaram a ter, como mostram os exemplos seguintes:

Escritura pública de compra e venda. Em 25 de janeiro de 1894, Manoel Gomes Leal e sua esposa Colecta Raimunda de Jesus, moradores nesta freguesia, venderam para Baltazar Camargos Lyra uma fazenda de terras de cultura, com engenho, gangorra [monjolo], cafezal e benfeitorias, sita no lugar denominado São João da Mata, pela quantia de 400\$000 réis (Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 4, p. 4-5. Malacacheta).

Escritura de compra e venda. Em 22 de abril de 1918, Pedro Teixeira Pinho, negociante, e sua mulher Dona Tereza Cordeiro de Oliveira venderam para José dos Santos Coimbra Sobrinho, lavrador, uma fazenda

de terreno de 25 alqueires de terras, cafezal, pasto, gangorra e uma casa velha no ribeirão Santa cruz neste distrito, pela quantia de 1:300\$000 (Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 11, p. 6-7v. Malacacheta).

Escritura pública de compra e venda. Em 16 de fevereiro de 1917, Luiz Altino Xavier da Silva vendeu para Zeferino Martins de Oliveira uma fazenda de cultura e criar, sita no lugar denominado margem do ribeirão Alcobaça, neste distrito, em terrenos do Estado, contendo uma casa coberta de telhas com cinco portas e três janelas, cercas e pastagens de capim colônião e mais uma casinha, tudo pela quantia de 1:500\$000 (Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 1, p. 6v-8. Águas Formosas).

Escritura pública de compra e venda. Em 30 de abril de 1919, José Martins de Oliveira vendeu para João Gomes dos Santos e seus irmãos Maximiano, Gustavo, Joaquina, Hermelina, Jovina, Jesuína e Cesário um direito de posse em terras do Estado, neste distrito, à margem direita do ribeirão Alcobaça, contendo casa coberta com telhas, curral, pastagens de capim colônião, cafeeiros, cerca de madeira de lei, três cancelas e uma casinha, pela quantia de 800\$000 (Cartório do 1º Ofício, Livro 1, p. 67v-69. Águas Formosas).

Escritura pública de compra e venda. Em 28 de maio de 1919, Manoel Antônio Teles dos santos e Maria Ana de Jesus receberam 400\$000 de Isidoro Antônio dos Santos pela venda de uma posse em terrenos do Estado, sita na margem direita do rio Pampã, contendo uma casinha coberta de telhas e cavacos, benfeitorias de cafeeiros, laranjeiras, bananeiras, cana-de-açúcar, pastagens e rego d'água (Cartório do 1º Ofício, Livro 1, p. 70-70v. Águas Formosas).

Recibo. Em 22 de fevereiro de 1921, Umbelino Crisóstomo Teixeira recebeu a quantia de 800\$000 de Antônio Moreira Santos referente à venda de uma posse de terras com benfeitorias de capoeiras, fábrica de fazer farinha, mil pés de cafeeiros, dois ranchos cobertos de cavacos, em terrenos do Estado, no lugar denominado Venezuela, neste distrito de São José do Pampã (Cartório do 1º Ofício de Notas, Livro 1, p. 92v-93. Águas Formosas).

A documentação mostra que a produção de mantimentos de grandes e pequenas unidades agrícolas, cujos excedentes eram comercializados nas localidades e na região por meio de tropas de burros e da Estrada de Ferro Bahia-Minas, convivia com a criação de gado e a cafeicultura. Síntese do quadro regional na primeira metade do século passado é oferecida pelo depoimento de Manoel Avelino Gomes Ferreira, morador de Ladainha, com idade de 70 e poucos anos:

Mas aqui antes era um celeiro. Produzia demais. Milho, feijão, arroz, cachaça, rapadura. Meu pai, Antônio Ermínio Gomes Ferreira, também era fabricante de cachaça. Ele tinha uma roda d'água que tocava o engenho. Ele produzia milho, arroz, feijão, produzia café, fazia açúcar e

rapadura. Então trazia um lote de burros carregado de cereais pra botar na estação para despachar para Teófilo Otoni, Nanuque e Carlos Chagas.³

A expansão do desmatamento e o empobrecimento das terras resultante da prática da “roça de toco” geraram a tendência de pecuarização da economia no Vale do Mucuri, visível já nos anos 1920.⁴ O gado de corte, originário de raças indianas, especialmente a Nelore, conquistou as terras da região, alimentando-se em pastos de capim-colonião.⁵ Na virada dos anos 1950 para 1960, o Vale do Mucuri, notadamente suas porções leste e norte, assumiu a condição de uma das principais regiões bovinicultoras de Minas Gerais. Carlos Chagas recebeu, então, a alcunha de “capital do boi”.⁶ A agropecuária diversificada, que era a marca da economia regional até os anos 1940, cedeu terreno para a criação extensiva de gado.

Alguns números permitem avaliar a dimensão que a pecuária tomou no Mucuri entre os anos 1920 e 1950. O Recenseamento de 1920 contou, no Município de Teófilo Otoni (que englobava praticamente todo o Vale do Mucuri), 39.683 bovinos, 17.164 equinos, 8.869 asininos e 77.133 suínos. Quarenta anos depois, um único fazendeiro de Pavão possuía 35 mil cabeças de gado.⁷ Em 1958, somente o Município de Carlos Chagas possuía 145.000 bovinos, 9.000 equinos, 5.650 asininos e 70.000 suínos (IBGE, 1958). Em 1970, a cidade se gabava de ter o maior rebanho bovino de Minas Gerais e a maior densidade de bois do Brasil. A tabela seguinte fornece os números do rebanho bovino constantes na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* de 1958:

³ Depoimento de Manoel Avelino Gomes Ferreira, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 25 de julho de 2008.

⁴ A roça de toco constituía o pequeno roçado de posses camponesas baseado em técnicas aprendidas com os indígenas. A floresta era derrubada, ateava-se fogo sobre o terreno para limpá-lo de galhos e folhas e os tocos remanescentes eram arrancados. Sobre a terra assim preparada, faziam-se plantações cujos rendimentos iniciais eram fabulosos. Após cinco ou seis anos, o terreno era deixado em pousio por dez a quinze anos, enquanto outra área era preparada para receber novas roças. Esta agricultura, diante do crescimento demográfico, requeria possibilidade de incorporação de novas terras.

⁵ De origem africana, o capim-colonião (*Panicum maximum*) é uma gramínea com ciclo vegetativo perene, que cresce formando touceiras. Tem boa resistência à seca e ao frio, adaptando-se com vigor aos solos férteis e bem drenados com baixa incidência de umidade, em altitudes inferiores a 400m, condições oferecidas pelo Vale do Mucuri. No auge da estiagem, sua palha seca favorece o alastramento de incêndios florestais. Com as primeiras chuvas, o terreno anteriormente dominado pela mata abre-se para a ocupação do capim-colonião. O manejo tradicional do pasto de capim-colonião envolvia a utilização do fogo, fator que contribuiu para a destruição de matas nativas.

⁶ No Mucuri, o capim-colonião encontrou condições excepcionais para se alastrar nas terras antes cobertas pelas florestas, o que favoreceu o avanço das pastagens, tal como ocorreu no Vale do Rio Doce (ESPINDOLA E WENDLING, 2008).

⁷ Depoimento de Antônio Martins (morador de Pavão, 73 anos de idade), colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 18 de julho de 2008.

TABELA 2 – Rebanhos bovinos nos municípios do Vale do Mucuri – 1958

Município	Cabeças de gado
Carlos Chagas	145.000
Águas Formosas	72.000
Teófilo Otoni	68.000
Malacacheta	40.000
Machacalis	34.000
Nanuque	31.000
Ladainha	12.300
Poté	12.000

Fonte: IBGE, 1958.

Posteriormente, a pecuária de corte ganhou maior escala e se tecnificou, aproveitando vultosos recursos oriundos de programas governamentais desde a década de 1970. Assim, nos anos 1980, as técnicas de inseminação artificial eram amplamente empregadas em Carlos Chagas, antes de serem adotadas em regiões mais desenvolvidas de Minas Gerais e do Brasil (NOGUEIRA FILHO, 1998). Entre os anos 1940 e 1960, boiadas de milhares de bois conduzidas por vaqueiros deixavam o Mucuri regularmente, a cada semestre, rumo à cidade de Campos, no norte fluminense. Ali, os rebanhos invernavam para recuperar peso e boa aparência, antes do abate. Quando este dia se aproximava, os fazendeiros do Mucuri eram comunicados. Eles, então, viajavam para Campos, com a finalidade de acompanhar, pessoalmente, o abate de suas rezes e ultimar os negócios de gado. Nos anos 1970 e 1980, os circuitos de comercialização do gado do Mucuri foram encurtados, uma vez que se instalaram frigoríficos na região, principalmente em Carlos Chagas e Teófilo Otoni. Ao mesmo tempo, a multiplicação dos caminhões promoveu o desaparecimento do antigo vaqueiro.

Para que não fique dúvida a respeito do processo de pecuarização da economia no Mucuri, vale observar os números da tabela abaixo, que fornece a proporção das áreas de pastagens nas propriedades rurais da região do Mucuri entre 1940 e 1985:

TABELA 3 – Índice de pecuarização no Vale do Mucuri – 1940 a 1985

Ano	% da área das propriedades em pastos
1940	34,1
1960	63,0
1970	80,4
1985	81,1

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE.

Uma das consequências da expansão da pecuária foi a pressão migratória colocada sobre as populações rurais, trabalhadores agregados e pequenos sitiantes. A pecuária, na medida em que gerou poucos empregos, acelerou o fluxo migratório rural que se dirigiu, em parte, para as cidades da região e, principalmente, para fora do Mucuri. A situação é bem desenhada pelo depoimento de Idelfonso Pereira, funcionário aposentado da Prefeitura de

Fronteira dos Vales, com mais de 70 anos de idade. Diz ele: “Tinha muito agregado na região toda. Hoje não tem um agregado. Os fazendeiros não aceitam ninguém. É só um vaqueirinho. Quando precisa, vem na cidade, pega um sujeito que trabalha um ou dois dias e pronto”.⁸ Calcula-se que, durante a década de 1970, 36% da população regional emigraram. Outra consequência, como se verá adiante, foi a aceleração do desflorestamento, principalmente nas porções leste e norte do Vale do Mucuri.

Atualmente, as terras de pastagem na região começam a ser ocupadas por grandes plantações de cana-de-açúcar e projetos de silvicultura (eucaliptos e pinus). Em territórios dos municípios de Serra dos Aimorés, Nanuque, Carlos Chagas, Umburatiba e Teófilo Otoni proliferam empreendimentos voltados para a produção de matérias-primas utilizadas na indústria de papel e celulose e de biocombustíveis. Talvez esteja em curso uma segunda reconversão da economia regional – a primeira foi da agricultura diversificada para a pecuária. Reconversão que poderá transformar boa parte do Vale do Mucuri em novo polo sucroalcooleiro, simbolizada pelos recentes investimentos de R\$85 milhões do Grupo Infinity Bio-Energy na Alcana Destilaria de Álcool, usina situada em Nanuque, que produz 84 milhões de litros de álcool, 1,75 milhões de sacas de açúcar e a co-geração de 10 MW de energia. Nas estradas do leste e do norte da região, é cada vez mais comum rodar entre eucaliptais e canaviais, bem como encontrar “treminhões” transportando enormes quantidades de cana para unidades de moagem. Cana cortada por bóias-frias, após a queimada dos canaviais, fato observado em trabalho de campo realizado pelo autor em janeiro de 2009.

Benesses e maldições das águas: homens, chuvas e rios no Vale do Mucuri

No século XIX, os cursos de água que atravessavam o interior do Brasil ganharam renovada atenção por parte de homens de negócios e políticos, tanto na Corte do Rio de Janeiro quanto nas Províncias. O potencial dos rios como “estradas móveis”, capazes de favorecer a colonização do vasto território e dinamizar a circulação de pessoas e mercadorias, foi exaltado (ARRUDA, 2008). Diversos projetos de aproveitamento de rios foram elaborados, ensejando a criação de companhias que objetivavam explorar a navegação e as terras ribeirinhas, bastante férteis e ricas em recursos naturais. Em Minas Gerais, as águas do rio Doce despertaram o interesse de companhias que solicitaram concessões e privilégios ao

⁸ Depoimento de Idelfonso Pereira, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza, em 17 de julho de 2008.

longo da calha do rio, já na década de 1810. Essas iniciativas, porém, foram efêmeras e não obtiveram êxito.

O rio Mucuri também despertou interesses entre homens de negócio e políticos, desde os anos 1830. A navegação, a exploração da mata e a abertura de colônias agrícolas na região do Mucuri afigurou-se como bom negócio a partir das notícias sobre a expedição do engenheiro Pedro Victor Renault, patrocinada pelo governo provincial. A missão do engenheiro era a de escolher um ponto apropriado para instalação de uma colônia de degredo, suficientemente isolada das áreas povoadas para desencorajar as fugas de criminosos perigosos. Pedro Victor Renault percorreu o rio Mucuri, estudou as paisagens drenadas pelo rio, desde as cabeceiras até a foz na Vila de São José do Porto Alegre, lugar “composto de 40 fogos de pescadores, de aspecto e existência miserável”, distante 40 léguas de Porto Seguro. Renault compilou suas observações sobre o Mucuri num relatório apresentado ao governo no ano de 1836. Nele, o engenheiro escreveu que o rio possuía margens férteis, madeira de lei em grande quantidade, plantas medicinais (especialmente poaia), estava livre de febres malignas e apresentava navegação menos perigosa e mais rápida até a barra do rio Americanas.⁹

No ano seguinte, o governo provincial recebeu, na data de 4 de julho de 1837, o primeiro pedido para instalar colônia e companhia no Mucuri, feito por Luiz Moretzshon, negociante prussiano, estabelecido em Ouro Preto e casado com uma brasileira. A intenção de Moretzshon era formar uma companhia de colonização de polacos, alemães, prussianos e pessoas de outras nações européias nos sertões do Mucuri. Ele justificou o pedido, afirmando que “nestas matas desertas, e incultas, banhadas de um rio navegável, se apresentam certamente as melhores proporções para nelas se realizar a colonização”.¹⁰ Para viabilizar a empreitada colonizadora, Moretzshon solicitava à província concessões e privilégios, a saber: a) 40 sesmarias de légua quadrada, situadas nos rios Mucuri, Americanas e Preto; b) todas as terras minerais; c) privilégios exclusivos de navegação do rio Mucuri e afluentes; d) civilizar e utilizar os “botocudos” e; d) o fornecimento pelo governo de uma guarda suficiente de divisões do Rio Doce nos três primeiros anos. A proposta do negociante prussiano não recebeu resposta prática das autoridades provinciais.

Dez anos depois, os irmãos Teófilo e Honório Otoni retomaram a idéia de colonização do Mucuri e iniciaram as tratativas que levaram à fundação da Companhia do Mucuri. A intenção fundamental dos Otoni era fazer a ligação do vasto Norte de Minas Gerais com o

⁹ Relatório da exposição dos rios Mucuri e Todos os Santos, feito por ordem do Ex^{mo} Governador de Minas Gerais pelo engenheiro Pedro Victor Renault, tendente a procurar um ponto para degredo (1836). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Ano VIII, jul./dez. 1903, p. 1075-1092.

¹⁰ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Ano VIII, jan./jun. 1903, p. 647-650.

litoral atlântico, por meio de uma ligação terrestre de Minas Novas a Filadélfia e da navegação fluvial do Mucuri. Dessa forma, eles pretendiam dinamizar a economia dos sertões de Minas e da Bahia, dotando-os de porto marítimo acessível com rapidez e comodidade. Os objetivos da Companhia do Mucuri eram: a) estabelecer tráfego regular entre Minas Novas e o litoral, através do Vale do Mucuri; b) realizar o povoamento e colonização do Mucuri e; c) explorar a madeira da região, principalmente a peroba.¹¹ Para isso, a Companhia foi constituída com capital inicial de 1.200 contos de réis, 75% integralizados por homens de negócios e 25% pela Província de Minas Gerais. Além da concessão da navegação no Mucuri, a Companhia conseguiu do Governo Imperial a isenção de impostos por 40 anos. As operações da Companhia tiveram início efetivo no ano de 1852.

Para os migrantes que fugiam das secas prolongadas no Norte de Minas e na Bahia, a partir dos anos 1890, a abundância de recursos hídricos no Vale do Mucuri representava promessa de vida melhor, associada à posse e ao cultivo de terras devolutas. Para os migrantes que povoaram o Vale do Pampã, na porção norte da área drenada pela bacia do Mucuri, o que importava era a “fartura” da lavoura na mata, a caça e a pesca abundantes. Nesse sentido, os colonos pioneiros e os memorialistas do Pampã construíram o imaginário de que a região constituía um paraíso que recebeu gente fugindo do desespero, da falta de recursos e das calamidades da seca, conforme se pode ler na obra de Péricles Santos: “Então, fluíram noite e dia, hordas imensas de romeiros (...) destinando-se às paradisíacas terras do sul, onde se podia sentir o aroma suavizador das matas e enxergar o borbulhar das águas das fontes” (SANTOS, 1970: 15). Os habitantes da cidade de Machacalis, por exemplo, acreditam que o povoado de São Sebastião do Norte, origem da cidade, foi fundado por Exupério Manoel Pereira à margem do rio do Norte, com auxílio de Joaquim Francisco de Lira e Prucidônio Francisco de Lira. Os três pioneiros, procedentes do povoado de Quartéis (atual Joáma, situada no Médio Jequitinhonha), teriam sido atraídos ao local pelas fertilíssimas terras e pela pesca abundante.¹²

Assim que começaram os trabalhos da Companhia do Mucuri, Teófilo Otoni, os demais dirigentes e os colonos estrangeiros trazidos para as terras vizinhas ao rio e seus afluentes perceberam as dificuldades que as águas da região lhes trariam. A primeira dificuldade dizia respeito à navegação. Na verdade, os rios da região não eram navegáveis a não ser por canoas, construídas à moda dos indígenas. O rio Mucuri somente podia ser percorrido por pequenos barcos e vapores no trecho entre a Vila de São José do Porto Alegre

¹¹ Sobre a Companhia do Mucuri, ver Araújo (2007).

¹² IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958, vol. XXIV, p. 9.

e a cachoeira de Santa Clara.¹³ Mesmo nessa porção, o trânsito de embarcações enfrentava riscos – bancos de areia, afloramentos de rochas, leito estreito e sinuoso –, cuja gravidade crescia especialmente na época da seca. Por isso, a Companhia foi obrigada a investir capital elevado na construção da estrada carroçável Filadélfia-Santa Clara. A extensão total da rodovia alcançou 182 km. A estrada possuía rampa máxima de 5%, largura mínima de 3m, trechos cascalhados e pontes de madeira de lei. Na estrada de Santa Clara, que deveria estender-se até as chapadas próximas a Minas Novas, a Companhia do Mucuri possuía o direito de cobrança de pedágios, que não poderiam exceder 50% do que se cobrava na Estrada Real. Convém assinalar que a manutenção da trafecabilidade na rodovia Filadélfia-Santa Clara custou muito esforço, em decorrência de alagamentos, atoleiros e destruição de pontes resultantes das chuvas intensas que caíam na região.

A segunda dificuldade imposta pelos cursos de água à Companhia e aos colonos foram enchentes rotineiras, registradas ano após ano. Os assentamentos nos vales de São Jacinto, Santo Antônio, São Benedito e no rio Todos os Santos, nas proximidades de Filadélfia, foram os mais afetados. Notícia desse problema é oferecida pelo viajante suíço Johann Jakob Von Tschudi, que visitou o Mucuri no ano 1858. No relato de Tschudi (2006: 223), pode-se ler:

Os [colonos] do vale do Ribeirão de Santana, distante algumas léguas a oeste de Filadélfia, reclamaram, sobretudo, da localização desfavorável de seus assentamentos, que ficavam parcialmente debaixo d'água durante a estação das chuvas. Essa era provavelmente a causa de várias doenças que acometiam a maioria deles.

O problema das enchentes e dos alagamentos, decorrentes das chuvas torrenciais sobre a região, perturbou também os núcleos urbanos formados na bacia do Mucuri, problema potencializado pela precariedade do processo de urbanização na região e pela escolha imprevidente dos sítios onde foram erigidas as cidades. Em 1893, o engenheiro Pedro José Versiani, inspetor da Estrada de Ferro Bahia-Minas, escreveu que os moradores da cidade de Teófilo Otoni estavam em “piores condições [que os habitantes da aldeia de Itambacuri], porque a nossa rua principal e de mais ativo comércio é um extenso atoleiro, ladeado por dois charcos de lama podre que exala pestilentos miasmas” (MATTOS, 2004: 284). Até hoje, Teófilo Otoni não se livrou inteiramente das catástrofes causadas por chuvas fortes. Algumas ocorrências recentes mostram que o problema permanece. Em 17 de janeiro de 2003, o jornal *Correio Braziliense* noticiou que a cidade teve a maior chuva até então registrada, que

¹³ Os vapores Giporak e Peruhype, pertencentes à Cia. do Mucuri, faziam o percurso de Santa Clara a São José do Porto Alegre em 18 horas, rebocando duas pranchas com capacidade de carga de 400 a 600 arrobas cada uma.

resultou na morte por soterramento de pelo menos doze pessoas. Cinco anos depois, a Prefeita Maria José Hauelsen Freire, em entrevista concedida ao *Portal PT* no dia 12 de abril, afirmou:

Outro problema sério são as chuvas, pois a cidade é cheia de montanhas e com rios assoreados que provocam várias inundações. Eu já assumi a Prefeitura [2005] com a cidade arrasada pelas chuvas do final de 2004 e depois enfrentamos mais duas enchentes em fevereiro e dezembro de 2005.¹⁴

Para minimizar as inundações na área central da cidade, a Prefeitura de Teófilo Otoni solicitou, em 9 de agosto de 2007, aos órgãos ambientais do Estado, autorização para implantação de barragem de regularização no rio Todos os Santos.

As inundações também são eventos comuns na história das cidades de Pavão, Carlos Chagas e Nanuque. Em 8 de janeiro de 2009, o telejornal MG TV 1ª Edição informou:

Os moradores de Pavão sofrem com a chuva e as enchentes. A chuva forte que atingiu a cidade nos últimos dois dias fez córregos transbordarem. Pelo menos três bairros estão debaixo d'água. No centro, as bananeiras quase sumiram na correnteza. (...) No Pátio da Prefeitura, veículos ficaram ilhados. Parte de uma ponte de madeira foi destruída pela enxurrada. Barrancos cederam. Em uma das rodovias que dá acesso à cidade, o asfalto cedeu e foi levado pela água.¹⁵

A cidade de Carlos Chagas, por sua vez, convive desde as origens com inundações de dimensões variadas. A confluência dos rios Urucu e Mucuri, em ângulo reto, na área central da cidade, produz, praticamente a cada estação chuvosa, o represamento das águas de ambos os rios, que transbordam e alagam ruas e casas. O livro de José Nogueira Filho (1998) reproduz fotografias de inundações que atingiram a cidade nos anos 1950. Mais recentemente, no mês de dezembro de 2006, conforme moradores de Carlos Chagas, ocorreu a maior enchente na história da cidade. Em janeiro de 2009, o fenômeno repetiu-se e foi descrito da seguinte forma:

Na quarta-feira, dia 7 de janeiro, por volta das 21 horas, caiu uma chuva muito forte na cidade, que inundou o centro. Na madrugada de quinta, os moradores da parte baixa da cidade tiveram que fazer suas mudanças, colocar os móveis para o alto, etc. pois as águas dos rios, que subiram mais de sete metros do seu nível normal, iam tomando espaços nas ruas e voltando pelos bueiros, invadindo casas e quintais. O tormento durou “apenas” uma manhã, pois com a mesma velocidade que as águas subiram, elas desceram.¹⁶

¹⁴ Entrevista da Prefeita Maria José H. Freire. Disponível em <http://pt.org.br/portalpt>. Acesso em 24/06/2009.

¹⁵ Ver <http://globominas.glob.com/MGTV>. Acesso em 24 de junho de 2009.

¹⁶ Ver <http://jacquesporto.blogspot.com>. Acesso em 24 de junho de 2009.

As operações da Estrada de Ferro Bahia-Minas foram prejudicadas frequentemente pelas chuvas. No trecho mais a oeste da ferrovia, entre as cidades de Ladainha e Novo Cruzeiro, onde o relevo é muito movimentado e as encostas bastante íngremes, o problema causado pelas chuvas intensas era o deslizamento de barreiras sobre os trilhos, gerando interrupções no tráfego das composições (GIFFONI, 2006). Na porção centro-leste da estrada de ferro, entre Teófilo Otoni e Nanuque, bem como na parte baiana da ferrovia, as chuvas mais fortes provocavam o alagamento da via permanente, a destruição de aterros e danificavam pontes. O Coronel Adalberto Pompílio, diretor da EFBM no final dos anos 1940, escreveu a respeito desses problemas:

Há, entretanto, o inconveniente de ser uma linha muito baixa, margeando os rios Mucuri e Todos os santos, cujas águas nas enchentes médias, invadem o seu leito, danificando-a todos os anos. Este é um problema de difícil solução, pois para ser satisfeito seria preciso que fosse a linha abandonada e se construísse outra de grade mais alta, de Nanuque a Teófilo Otoni.¹⁷

As frequentes inundações e chuvas pesadas também afetaram a circulação nas precárias rodovias da região, cujo asfaltamento é bastante recente. Assim, por exemplo, a “Estrada do Boi” – que liga Teófilo Otoni a Nanuque e Caravelas (BA), construída após a extinção da ferrovia Bahia-Minas – ficava praticamente intransitável na estação chuvosa. Foram famosos seus atoleiros, especialmente os atoleiros do “Caladão”. As queixas da população regional eram constantes, do que dá mostra a matéria publicada na *Revista Nanuque*, em 1970: “Nanuque isola-se em época de chuvas, do centro de Minas, porque várias pontes pequenas de madeira não aguentam o rojão das águas. Não há meios de socorros urgentes”.¹⁸

A terceira dificuldade que as águas abundantes geraram para os habitantes do Mucuri relaciona-se às doenças de veiculação hídrica. É claro que nem os cursos d’água nem as inundações podem receber responsabilidade exclusiva pelo problema, uma vez que ele está estreitamente vinculado às carências de saneamento básico. Carências que caracterizam a trajetória regional do Mucuri. Basta dizer que, atualmente, os maiores déficits de saneamento básico em Minas Gerais ocorrem nos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus. Os números impressionam negativamente, como mostra a tabela abaixo:

¹⁷ Relatório de 1949 do Coronel Adalberto Pompílio, diretor da EFBM. In: *Revista Ferroviária. Suplemento Estradas de Ferro do Brasil*, Rio de Janeiro, 1949, p. 62-66.

¹⁸ *Revista Nanuque*, Nanuque, 1970, p. 3.

TABELA 4 – Indicadores de saneamento básico no Mucuri – 2007

Serviço de saneamento básico	% dos domicílios atendidos
Abastecimento de água nas sedes	65
Abastecimento de água nos distritos	31
Esgotamento sanitário nas sedes	33
Esgotamento sanitário nos distritos	12
Coleta de lixo	48

Fonte: <http://agenciaminas.mg.gov.br>. Acesso em 24 de junho de 2009.

A propósito das doenças associadas à água, o Barão Tschudi assinalou que as exalações fétidas das águas paradas do Mucuri e o uso descuidado das águas do rio pelos habitantes facilitavam a propagação do tifo e de diarreias infecciosas. O viajante suíço narrou episódio que presenciou sobre essas doenças, com tons de evidente dramaticidade:

Em dezembro de 1857, sete famílias, que somavam 28 pessoas, estavam assentadas em Paredes, local a duas horas de viagem de vapor a jusante de Santa Clara. Otoni advertiu essas pessoas sobre a ocorrência frequente da febre do pântano, muito perigosa (...). Foi recomendado a elas não utilizar jamais a água do rio como fonte de água potável e que, sobretudo durante as cheias, buscassem água em uma nascente distante algumas centenas de passos. Os infelizes viriam a se arrepender amargamente de sua decisão (...). Vinte e duas pessoas sucumbiram à febre (TSCHUDI, 2006: 300-301).

A situação de risco para a saúde representada pelas “águas grandes” da bacia do Mucuri é alvo de comentário do engenheiro José Penna Magalhães Gomes, que foi diretor da EFBM mais de cem anos depois da passagem do Barão Tschudi pela região. Em entrevista, o referido engenheiro afirmou:

[Na época do Golpe de 1964] Fui sozinho primeiro para conhecer a região. A cidade de Teófilo Otoni era muito inóspita na época. Os paulistas, médicos especialistas em doenças tropicais, faziam de Teófilo Otoni o ponto de estudo das verminoses. Teófilo Otoni não tinha estrutura de abastecimento de água. A água era bombeada do rio. O índice de esquistossomose era muito grande. Senti que não havia condição de levar minha família (GIFFONI, 2006: 152-153).

Este problema se arrasta na região há cinquenta anos: as águas de córregos e rios do Vale do Mucuri sofrem com o lançamento de esgoto *in natura* dentro de seus leitos. O problema é grave no rio Todos os Santos, que recebe os dejetos produzidos em Teófilo Otoni, cidade com mais de 100 mil habitantes. Também o rio Pampã, que absorve a carga de esgotos domésticos das cidades de Fronteira dos Vales, Águas Formosas e Crisólita, apresenta água de qualidade ruim. O Mucuri, por sua vez, possui pontos críticos de qualidade da água a jusante de Carlos Chagas e logo abaixo de Nanuque.

Mas as águas também trouxeram dádivas para a região. No alto curso do rio Pampã, norte da bacia do Mucuri, as terras próximas às atuais cidades de Fronteira dos Vales, Águas Formosas e Crisólita possuíam vales mais planos e amplos, com contato direto ou muito próximo com o nível freático, apresentando terrenos de brejos e olhos d'água propícios para a cultura de arroz. O produto era vendido nas cidades do Médio Jequitinhonha, por meio de tropas de burro. Dois depoimentos de antigos moradores possibilitam avaliar a importância regional que essa lavoura alcançou:

Essa região nossa, na época da produção de grãos [anos 1940-1950], você ia daqui a Fronteira dos Vales e era um arrozal na beira do rio. Você vai ver que é uma baixada até lá em Fronteira, do lado do rio. Aqui não comprava arroz de fora. O arroz era todo produzido aqui, até meados de 1970. Hoje não tem nada de arroz.¹⁹

O povo [de Fronteira dos Vales] vendia aqui mais era plantio de arroz, esses baixão de brejo, isso tudo era plantado de arroz. Eu mesmo tinha época que colhia 500 alqueires de arroz. Plantava cinco ou seis alqueires, dava para colher 500 a 600 alqueires de arroz. Trabalhava tudo no barco. No fim dos anos 1940, eu pagava 20% do que eu colhesse, eu tirava 100 alqueires pro dono do brejo.²⁰

A partir da década de 1990, as águas do Mucuri começaram a receber atenção de projetos privados de geração de eletricidade, resultando novos conflitos socioambientais na região. Em 1993, tiveram início obras de construção da barragem (de 60 m de altura e 240 m de comprimento) da Usina de Santa Clara, situada no rio Mucuri, a jusante de Nanuque. A primeira turbina dessa hidrelétrica, capaz de produzir 60 MW (energia suficiente para o consumo de aproximadamente 500 mil habitantes), entrou em operação em fevereiro de 2002. Pescadores e ambientalistas acusam a Usina Santa Clara, comandada pela empresa Queiroz Galvão, de interferir negativamente na reprodução de peixes típicos do Mucuri, bem como de provocar alterações na vazão do rio abaixo da barragem (ZHOURI E ZUCARELLI, 2008). O problema mais grave, porém, está relacionado com o projeto da Hidrelétrica de Mucuri, em construção entre os municípios de Carlos Chagas e Pavão. A licença de instalação foi concedida pelo governo mineiro à construtora Queiroz Galvão, prevendo-se que o reservatório da usina terá 8 km² de superfície. As águas da barragem inundarão o território de uma comunidade remanescente de quilombos, a Comunidade de Marques, composta por 33 famílias. Por isso mesmo, em 30 de setembro de 2008, determinação do Tribunal Regional

¹⁹ Depoimento de José Romário, 70 e tantos anos de idade, morador de Águas Formosas, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 16 de julho de 2008.

²⁰ Depoimento de Santos Silva Veiga, 74 anos de idade, morador de Fronteira dos Vales, colhido por Reginaldo Gonçalves dos Santos em 17 de julho de 2008.

Federal da 1ª Região provocou a paralisação das obras da Usina de Mucuri. As razões alegadas foram vícios no processo de licenciamento da usina, especialmente a inadequada avaliação dos impactos socioambientais a serem causados sobre a Comunidade de Marques.²¹ O impasse permanece, sinalizando a existência de novas disputas sobre os usos das águas no Vale do Mucuri.

A exploração mineral no Vale do Mucuri: garimpeiros espalharam feridas na terra

Nas décadas iniciais do século XIX, garimpeiros originários do entorno de Minas Novas buscaram as nascentes dos rios Setúbal e Gravatá, onde exploraram lavras de pedras coradas, isolados longos meses dentro das matas. Esses mineradores alcançaram, em seguida, as vertentes do Mucuri do Norte e do Mucuri do Sul, abrindo lavras e terras de cultura.

Desde então, a mineração de pedras preciosas jamais cessou na região, embora apresente ciclos de expansão e declínio no decurso dos últimos dois séculos. Tratava-se de exploração garimpeira de topázios, turmalinas, águas marinhas, ametistas e citrinos, realizada com técnicas seculares, muito trabalho braçal e praticamente nenhum auxílio de máquinas. Exatamente como no vizinho Jequitinhonha, repleto de garimpos de ouro e diamantes após a extinção da Real Extração nos anos 1830, os garimpos do Mucuri organizavam livres associações de trabalhadores e donos de lavras. Os proprietários dos terrenos recebiam uma porcentagem sobre a receita bruta auferida com a venda das gemas, entre 10 e 20%. O restante era dividido entre os garimpeiros e o dono da lavra, o homem que fazia a “capanga” (mantimentos e ferramentas) dos garimpeiros.

No entorno da cidade de Pavão, os garimpos foram bastante ativos em meados do século passado, como revelam os depoimentos de antigos moradores:

Aqui a mineração foi forte, empregou muita gente. Tinha a lavra do Lanus, famosa. Você chegava lá, tinha 2 mil, 3 mil homens trabalhando. Tinha a lavra do Jabuti, que era do mesmo jeito. Tinha a lavra da Ariranha, onde acharam uma pedra com 4.046 kg. Veio 16 bois para arrastar ela. Toda sexta-feira, a “garimperada” chegava. Você só via movimento. Corria dinheiro.²²

Crisólita e Novo Oriente também foram áreas destacadas de garimpo, na primeira metade do século XX. Entretanto, as lavras não ficaram restritas às porções centro-norte do

²¹ Ver <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural>. Acesso em 8 de novembro de 2009.

²² Depoimento de Antônio Martins, 73 anos de idade, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 18 de julho de 2008.

vale. No oeste da região do Mucuri, a mineração alcançou expressão em localidades como Catuji, Carai e Malacacheta. Veja-se, a respeito, o depoimento de Fábio Rodrigues Mendes, morador de Malacacheta, com mais de 70 anos de idade:

Aqui sempre foi um lugar de mineração. Na década de 1940 (1942), inaugurou aqui a Lavra do Rosa, a 18 km da cidade. E depois teve, vinculada a Malacacheta, no atual município de Angelândia, a Lavra do Arrependido, em 1955. Depois teve a Lavra de Santa Rosa. Teve a Lavra do Gato... Então, tudo isso era cristal, águas-marinhas, turmalinas. Tudo isso produzia.²³

É antiga a fama de Teófilo Otoni como centro de comercialização de pedras preciosas. Essa condição remonta às primeiras décadas do século XX, quando as lavras da região do Mucuri eram percorridas por comerciantes pedristas que compravam diretamente dos garimpeiros as pedras extraídas. Houve muitos pedristas de origem estrangeira, principalmente alemães e sírio-libaneses. Dentre eles, destacaram-se os irmãos Ziemer, imigrados do maior centro mundial de comercialização de pedras, a cidade alemã de Idar-Oberstein. Sob a liderança de Hugo Ziemer, os irmãos percorriam os garimpos a cavalo, compravam as pedras e, em seguida, exportavam o material bruto para a Alemanha, a partir de Teófilo Otoni.

Quando, a partir de meados da década de 1980, as autoridades estaduais e a opinião pública começaram fechar o cerco sobre os garimpos, acusados de provocar enormes danos ambientais em diversos lugares de Minas Gerais e do Brasil, as associações de garimpeiros de Teófilo Otoni adotaram o discurso de que a mineração que se praticava no Mucuri, por ser artesanal, não produzia impactos ambientais significativos (MARTINS, 2007). De fato, a extração de pedras preciosas na região gerou, historicamente, danos menores do que no vizinho Jequitinhonha. Duas razões explicam esse fato. A primeira é a escala da atividade. No Mucuri, o garimpo envolveu menos garimpeiros e tem menor duração do que no Alto Jequitinhonha, na vasta área que se estende desde o Serro até Minas Novas. A segunda razão é o tipo de trabalho realizado nas lavras de pedras preciosas do Mucuri. Elas são serviços de “talho aberto”, isto é, escavações feitas à meia-encosta, fora dos corpos d’água, praticamente a seco. Dessa forma, os córregos e rios não foram diretamente afetados, seja pelo revolvimento dos leitos ou pelo corte de matas ciliares. Todavia, isso não significa que os garimpeiros do Mucuri possam ser isentados de passivos ambientais. Ao contrário, eles deixaram cicatrizes visíveis e numerosas em toda a região: desmatamento de morros, buracos de escavações que deram origem a erosões enormes, terra e detritos de rochas carreados pelas

²³ Depoimento de Fábio Rodrigues Mendes, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 28 de julho de 2008.

enxurradas para os corpos d'água situados nas partes baixas dos terrenos minerais, provocando assoreamento.

Para o observador treinado, paisagens agrestes, semelhantes aos vales lunares, encontradas a pequenas distâncias dos rios Americanas e Marambaia, nos municípios de Carai e Catuji, denunciam a degradação ambiental resultante da combinação de garimpo e pecuária extensiva em regiões do Mucuri.

A derrubada da floresta: cidades e fortunas nascidas com a indústria madeireira

Originalmente, as terras do Vale do Mucuri eram cobertas predominantemente por exuberantes florestas, caracterizadas por elevada biodiversidade. A região era parte da Mata Atlântica, úmida e fresca. Em termos mais precisos, a vegetação original compreendia quatro tipos diferentes de florestas, distinguidos apenas por especialistas experientes.²⁴ Na porção leste do vale, havia a floresta ombrófila densa, com a presença de fanerófitos associados a lianas e epífitas. Na porção central, predominava a floresta ombrófila aberta, com árvores mais espaçadas e estratos arbustivos pouco densos. Na porção norte do Vale, encontrava-se a floresta estacional decidual. Mas, na maior parte da superfície da bacia hidrográfica imperava a floresta estacional semidecidual.

Uma descrição viva da vegetação que cobria as áreas ribeirinhas dos rios Mucuri e Todos os Santos foi deixada pelo Barão Tschudi, ressaltando a densidade da mata, a presença de árvores gigantescas, muitos bambus e vegetação rasteira quase impenetrável. Conforme as palavras do viajante suíço:

Na floresta virgem, a não ser ao investigá-la, o olhar não encontra nenhum repouso. Os detalhes são maravilhosos, mas a totalidade é cansativa. (...) Uma extraordinária força reprodutiva consegue juntar aqui espécies de uma variedade inesgotável até formar um caos quase indecifrável, mas falta harmonia ao conjunto; falta luz e falta ar; não há horizonte que delimite a paisagem; falta uma moldura. O olhar procura o alto, em vão, pelo céu azul e só encontra densas copas de árvores. O ar, quente e abafado, tem cheiro pútrido. A floresta não alegra a alma; ela angustia (TSCHUDI, 2006: 194).

As representações da floresta tropical virgem como “inferno verde” – úmido, quente, caótico, escuro, insalubre – informavam a descrição do Barão e, certamente, eram compartilhadas pelos dirigentes da Companhia do Mucuri e pelos colonos estrangeiros que abriram clareiras na mata para implantar roças e pastos, extraíram madeira para lenha e para

²⁴ Ver IBGE. *Mapa de vegetação do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1: 5.000.000.

construção e lançaram mão de queimadas, tudo com vistas a “civilizar” o sertão do Mucuri. Por outro lado, a nenhum desses atores escapava a percepção da riqueza de recursos naturais contida na floresta, a começar pelas madeiras: braúna, pau d’arco, aroeira, ipê, peroba, bálsamo, itapecuru, jacarandá, sapucaia, sucupira, angelim, cedro, jequitibá, vinhático, gameleira (usada como lenha), barriguda (cuja paina era usada para enchimento de travesseiros), pau-brasil etc. Os bichos também eram muitos, de espécies variadas, algumas das quais úteis aos povoadores. O Barão Tschudi avistou, dentre as aves, tucanos, mutuns, araras, papagaios, garças, tanagrides, sílvios e colibris; quanto aos mamíferos, mencionou cotias, veados, porcos-do-mato, onças, macacos, capivaras, antas, pacas, quatis, tamanduás, tatus e morcegos. A floresta escondia muitas espécies de cobras e lagartos. Os insetos, variadíssimos, povoavam cada espaço, havendo os que atormentavam os viajantes o tempo inteiro. O suíço queixou-se principalmente de mosquitos e carrapatos.

O extrativismo florestal foi uma das atividades que levaram pioneiros para o Vale do Mucuri. A raiz de ipecacuanha, popularmente conhecida como poaia, bastante usada pela medicina dos séculos XVIII e XIX, estimulou a entrada de raizeiros na porção sudoeste da região, desde as primeiras décadas do século XIX. Relatos de viajantes estrangeiros como Pohl e Saint-Hilaire mencionam a presença dos raizeiros nas cabeceiras do Mucuri (POHL, 1976; SAINT-HILAIRE, 2000). Com o concurso de “índios mansos”, eles entraram nas florestas, construíram sítios rústicos e extraíram a poaia, vendida em seguida para os ervanários de Campos (norte fluminense), com a intermediação de comerciantes e fazendeiros instalados no Alto dos Bois, região próxima ao Arraial de Nossa Senhora da Graça (atual cidade de Capelinha). Na década de 1850, o Barão Tschudi (2006: 232 e 261) observou o comércio de produtos da floresta em Filadélfia. Mercadores instalados no povoado que sediava a operação da Companhia do Mucuri recebiam dos índios grandes quantidades de poaia, peles de animais e cera preta de abelhas selvagens.

Cerca de quarenta anos depois, na porção norte do vale, cabeceiras do rio Pampã, homens dedicados ao extrativismo florestal entraram novamente em ação. Os raizeiros estiveram entre os pioneiros de Águas Formosas, Crisólita, Fronteira dos Vales e Machacalis. O estilo de vida desses homens destemidos é descrito pelo depoimento de Santos Silva Veiga (morador de Fronteira dos Vales, nascido em Joáima, em 1934), nos termos seguintes:

Nós abrimos uma terra aqui em Machacalis, 10 alqueires de terra. Eu e meu pai abrimos. Eu tinha uns doze anos. Tinha uns negros lá que viviam de poaia. Levavam pra Machacalis um saco de poaia, vendia lá, fazia a feira, vinha e comia. Quando tava para acabar, eles iam pra mata arrancar mais poaia. Desse jeito eles viviam, no meio do mato, em cabanas cobertas com folhas, uns poucos pertences e uma espingarda de caça. De

vez em quando, eles vinham para a rua, só o tempo de comprar alguma coisa.²⁵

A partir dos anos 1950, o extrativismo florestal no Mucuri entrou em rápido declínio, principalmente por causa do avanço do desmatamento e das queimadas, fatores que tornaram a poaia cada vez mais rara. Mas a indústria madeira, ao contrário, experimentou sua época de auge no período compreendido entre os anos da Segunda Guerra e os anos 1970. O aproveitamento do fabuloso estoque de madeiras de lei existente nas matas da região havia sido o objetivo principal da criação, em 1880, da Empresa Estrada de Ferro Bahia-Minas, liderada pelo engenheiro Miguel de Teive e Argolo. Fornecer dormentes para as demais ferrovias brasileiras e madeira para a construção civil das grandes cidades do Sudeste eram as metas de Miguel de Teive e Argolo e dos sócios da praça carioca que adquiriram ações da Bahia-Minas (GOMES, 2006: 20-22).

De fato, ao longo da história de quase noventa anos da Bahia-Minas, o transporte de madeira representou o maior negócio da ferrovia. Relatório oficial sobre a estrada de ferro, referente aos anos 1920, revela a importância da madeira no movimento de mercadorias realizado pela Bahia-Minas. É o que se infere na tabela abaixo:

TABELA 5 – Movimento de mercadorias na EFBM – Anos 1923-1924

Mercadorias	1923	1924
Madeira	16.148 t	27.491 t
Café	5.784 t	9.046 t
Cereais	1.451 t	942 t
Sal	3.074 t	3.365 t
Outras	19.667 t	10.440 t

Fonte: BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório sobre as ferrovias brasileiras*, Rio de Janeiro, 1924, p. 161.

Ainda no início do século passado começaram a surgir empreendimentos madeireiros de porte no Vale do Mucuri. A cidade de Nanuque cresceu em torno de uma estação improvisada num vagão ferroviário, que servia à primeira serraria instalada na região. Os lotes de madeira cortada na forma de tábuas eram embarcados nas composições da Bahia-Minas e transportados até o porto de Ponta de Areia, de onde eram exportadas para o Rio de Janeiro. A referida serraria pertencia à Companhia Industrial do Mucuri, empresa criada por João Américo Machado, e foi inaugurada em 1911. A Companhia Industrial do Mucuri operava a partir de concessão obtida do governo mineiro para colonizar uma gleba de 10 mil hectares de terra. Na verdade, a empresa de Américo Machado limitou-se a cortar, beneficiar e

²⁵ Depoimento de Santos Silva Veiga, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 17 de julho de 2008.

comercializar a madeira existente nessa gleba e em áreas próximas.²⁶ No ano seguinte, a Estrada de Ferro Bahia a Minas instalou em Nanuque um posto de abastecimento de combustível florestal. Isso estimulou a chegada de mais serrarias, muitas delas empreendimentos de estrangeiros. Nos anos 1920, instalaram-se na cidade a Trajano de Medeiros e Cia. (uma grande serraria automática), a Montanha Industrial Ltda. e a Companhia Madeireira Vindilino Lima. Na década de 1930, as serrarias de Nanuque começaram a empregar caminhões e a construir pequenas rodovias para o transporte das toras de madeira.

A demanda crescente de madeira no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial estimulou a implantação de muitas outras serrarias no Vale do Mucuri. Em 1947 foi constituída a empresa Brasil-Holanda S.A Madeiras Compensadas, de capital multinacional, voltada para a exportação de madeira nobre para a Europa, Estados Unidos e Japão. Esta foi, sem dúvida, a maior empresa madeireira que atuou na região. Suas operações cessaram na virada de 1983 para 1984, quando praticamente não havia estoque de árvores que sustentasse a escala de produção de suas unidades industriais. A Brasil-Holanda ficou conhecida como fabricante do melhor compensado da América Latina, além de produzir tacos, tábuas, postes e dormentes.²⁷ No auge de suas operações, a Brasil-Holanda chegou a empregar 4 mil trabalhadores. Suas máquinas de laminação eram alimentadas apenas com madeira com mais de 1,40m de circunferência. Madeira que era retirada no entorno de Mayrink, Nanuque, Umburatiba e Serra dos Aimorés, inclusive com o emprego de tratores e arrastões de correntes nas áreas mais planas. A Brasil-Holanda estabelecia com os proprietários dos terrenos de mata contratos para exploração da madeira, em troca da confecção de mourões, cercas, pontilhões, mata-burros e implantação de pastagens.

Nanuque, que hoje é segunda maior cidade da região, transformou-se no polo da indústria madeireira do Mucuri, fato reconhecido, já em 1949, pelo relatório do Coronel Adalberto Pompílio, diretor da Estrada de Ferro Bahia-Minas, no qual se lê:

A cidade é um núcleo de população bastante desenvolvido, com futuro muito promissor, localizado dentro da mata, à margem esquerda do rio Mucuri. Possui boas serrarias, fábrica de compensado e laminados, boas terras que tudo produzem e desenvolvida indústria de extração de madeiras, principal produto de exportação da estrada.²⁸

²⁶ A Companhia Industrial do Mucuri foi encampada, no final da década de 1940, pela Brasil-Holanda S.A Madeiras Compensadas. Em 1978, as instalações originais da serraria foram desativadas. Para maiores informações, ver Gomes (2006: 37) e Silva (2006).

²⁷ Conforme IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Nanuque*. Rio de Janeiro, 1958, v. XXIV.

²⁸ Relatório de 1949 do Cel. Adalberto Pompílio, diretor da EFBM. *Revista Ferroviária. Suplemento Estradas de Ferro do Brasil*. Rio de Janeiro, 1949, p. 62-66.

Não obstante, havia em diversos pontos do Mucuri outras serrarias de porte menor, que cortavam parte da madeira extraída nas florestas vizinhas. As empresas do setor madeireiro de Governador Valadares implantaram unidades em Pavão, Crisólita, Águas Formosas e Teófilo Otoni, no decurso dos anos 1950. Em Serra dos Aimorés, as famílias Schaper e Reuter instalaram serrarias que atraíram migrantes do norte de Minas e do sul da Bahia, bem como alguns italianos e alemães. Um dos trabalhadores dessas empresas foi Miguel Francisco do Amaral, natural de Jequitinhonha, que viajou pela antiga estrada São Miguel-Urucu, aos dezoito anos de idade, logo após a Segunda Guerra, para trabalhar nas fazendas que exploravam madeira e criavam gado. Miguel do Amaral foi “motorista de caminhão, dos caminhões que levavam a madeira de Serra dos Aimorés para as serrarias de Nanuque, e também de giricos [pequenos tratores] usados para derrubar as árvores com correntes”.²⁹ No distrito de Mayrink, pertencente a Carlos Chagas, também funcionou (até meados dos anos 1960) uma serraria que exportava madeira pelos trens da Bahia-Minas, chamada Edimex, comandada pelo empresário do Rio de Janeiro de nome José Caminetti. Nessa firma, Durval Gonçalves dos Santos, nascido em 1943 numa posse camponesa situada às margens do rio Alcobaça, próxima a Umburatiba, trabalhou como ajudante de carpinteiro no início dos anos 1960.³⁰ Parte da madeira derrubada nas florestas do Pampã era levada para serrarias em Crisólita (uma empresa) e Águas Formosas (duas empresas), que escovam a produção de tábuas pelas estações ferroviárias de Teófilo Otoni e Carlos Chagas.³¹

Depoimentos de antigos moradores da região possibilitam dimensionar a intensidade da extração de madeira em diversas áreas do Mucuri. São testemunhos eloquentes, cuja transcrição se faz a seguir:

Peroba do campo, que é a melhor madeira que conhecemos. Isso aqui [Umburatiba] fornecia pra tal de Bralanda [Brasil-Holanda], em Nanuque. E essa madeira saía constante, assim de 5 a 6 caminhões com cada tora imensa de madeira. Cabiúna também. Essa região, quando eu cheguei aqui, tinha muita mata. A mata era forte e ela foi acabada com o fogo e a madeireira, de forma que hoje até pra lenha é difícil.³²

Ainda tem alguma coisa de mata, mas as madeiras de lei foram todas tiradas. Tinha uma Serraria Otoni aqui [Pavão] que comprou essas madeiras todas. Ela teve aqui na faixa de 1951-1960, tirando essas

²⁹ Depoimento de Miguel Francisco do Amaral (76 anos de idade, pequeno comerciante em Mayrink), colhido pelo autor em 9 de junho de 2009.

³⁰ Depoimento de Durval Gonçalves dos Santos (vaqueiro aposentado, morador de Mayrink), colhido pelo autor em 9 de junho de 2009.

³¹ Depoimento de José Mendes Guimarães (pequeno comerciante de 81 anos de idade, morador de Crisólita), colhido pelo autor em 30 de outubro de 2008.

³² Depoimento de Professor Zacarias, morador de Umburatiba desde 1966, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 19 de julho de 2008.

madeiras. Inclusive as madeiras de Santa Luzia e Crisólita, destes lados todos. Teve também madeireira de Carlos Chagas operando por aqui.³³

Eu sou nascida em Caratinga. Quando eu cheguei pra aqui [Serra dos Aimorés], eu estava com 13 anos de idade. Eu cheguei aqui em 1945. E havia muitas matas. Muitas mesmo. Mas tudo foi sendo desmatado, para tirar madeira. Daí montaram serrarias.³⁴

Na mesma direção vai o trecho do memorialista Ivan Claret Marques Fonseca, ao escrever sobre a posição da indústria madeireira na economia de Nanuque durante os anos 1960:

Em 1960, a madeira gerava cerca de 60% da renda do município e os alimentos 12%. A mão-de-obra em quase sua totalidade era voltada para a madeira. Enquanto o estado de Minas Gerais cresceu 13% no ano de 1950, Nanuque cresceu quase 400% neste mesmo ano. Enquanto houve mata, houve riqueza. A madeira deu emprego a muitos operários, em muitas serrarias (FONSECA, 1985: 81).

A madeira de desmatamento rendeu bom dinheiro para os fazendeiros do Mucuri. Ao “derrubar o mato” para ampliar os pastos, os proprietários, além dos ganhos futuros com a pecuária, obtiveram grande quantidade de perobas, aroeiras, braúnas, ipês, jacarandás, vinháticos, sucupiras, angelins, cedros, etc., vendidos aos vorazes madeireiros das serrarias da região. Isso rendeu pequenas fortunas para os fazendeiros. Até as serrarias menores espalhadas no leste e norte do Vale do Mucuri, as madeiras eram trazidas das fazendas puxadas por bois. As árvores derrubadas destinadas ao polo de Nanuque eram transportadas até as margens do Pampã e seus afluentes. Em seguida, os troncos eram jogados na água na época das enchentes. O rio carregava as toras até o Mucuri, na altura de Carlos Chagas, de onde elas seguiam arrastadas pela correnteza até Nanuque. Aí, a madeira era recolhida de dentro do Mucuri por “peões de pegar a madeira”.³⁵

No plano ambiental, o saldo líquido da atuação da indústria madeireira e da pecuária no Vale do Mucuri é inequívoco e amplamente negativo. Entre 1940 e 1970, as florestas da região foram praticamente devastadas. Os números são impressionantes: em 1925, as matas cobriam 50,17% da região; em 1940, a cobertura florestal havia caído para 40,0% da superfície regional; em 1970, as matas correspondiam apenas a 7,0% da área do Mucuri.

³³ Depoimento de José Mamed Sarieldin, morador de pavão desde 1941, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 18 de julho de 2008.

³⁴ Depoimento de Maria Aparecida F. Matos, professora residente em Serra dos Aimorés, colhido por Reginaldo Gonçalves de Souza em 15 de dezembro de 2008.

³⁵ Depoimento de José Mamed Sarieldin, colhido em 18 de julho de 2008.

Nesse mesmo ano, 80% da área dos estabelecimentos rurais do Mucuri eram cobertos por pastagens (PAULA, 1997: 62).

Uma perspectiva mais atenta às diferenças espaciais que caracterizam os processos históricos regionais mostra que o desmatamento atingiu com força menor as porções oeste e sudoeste do Vale do Mucuri. Nessas áreas, uma combinação de fatores, como terrenos íngremes demais para a agricultura, a presença de muitas escarpas e vales fluviais estreitos e a maior resistência da agricultura diversificada (de base familiar), permitiu que a cobertura florestal original escapasse um pouco mais da fronteira de destruição que varreu o Mucuri durante o século XX. Ao redor de Itaipé, Ladainha, Malacacheta e Poté restaram maior número de fragmentos de remanescentes florestais. Conforme as palavras de autores de recente estudo sobre a questão:

Nas últimas duas décadas, o desflorestamento na bacia do Mucuri foi recorrente, atingindo, sobretudo, as sub-bacias do leste, como as dos córregos São Julião e Barreado e a do rio Pampã. A porção oeste da bacia, porém, ainda apresenta uma proporção significativa de remanescentes florestais, abrigando parte considerável da biodiversidade do Mucuri (FELIPPE, NUNES E BUENO, 2009).

Em sub-bacias do sudoeste da região, verificou-se o crescimento positivo dos fragmentos de mata entre 1989 e 2008, como nos casos das bacias do Córrego Mandaçaia e do Mucuri do Sul. Entretanto, na bacia do Pampã, no mesmo período foram retirados 337,52 km² de remanescentes florestais, o que representou praticamente metade da área coberta por matas em 1989 naquela parte do Mucuri, ao redor das cidades de Fronteira dos Vales e Águas Formosas.

De qualquer modo, a conclusão se impõe: historicamente, prevaleceu tendência de desmatamento no Vale do Mucuri, no período que se estende da década de 1850 aos dias de hoje. A derrubada da mata para a formação de pastos e o comércio de madeira produziu a intensificação da erosão dos solos, principalmente nas encostas dos morros. Os processos erosivos, por sua vez, prejudicaram os cursos d'água e a fertilidade do solo. E tudo isso vem reforçando a “vocação pastoril” da região, construída a partir dos anos 1930-40.

Considera es finais

A ocupa o e o aproveitamento econ mico do Vale do Mucuri foram estreitamente vinculados a variáveis ambientais, destacando-se a abundância de água, madeiras de lei e solos férteis para a agricultura. Os colonos penetraram na mata, abriram clareiras nas quais

construíram casas e iniciaram lavouras e pastagens. Praticaram uma agricultura tradicional, destrutiva, conhecida pelo nome de “roça de toco”, cuja expansão dependeu da derrubada e da queimada da cobertura florestal. Com o passar do tempo, essa agricultura predatória produziu o enfraquecimento do solo e a queda dos rendimentos agrícolas, o que abriu espaço para o avanço da pecuária extensiva. Principalmente no leste e no norte do Mucuri, o capim coloniã e o gado de origem indiana, criado à larga em latifúndios, tomaram espaços cada vez maiores, a partir dos anos 1920-1930. No mesmo período, e em combinação com a ampliação das pastagens, a indústria madeireira entrou na região e consumiu milhares de quilômetros quadrados de florestas. Milhões de toneladas de toras, tábuas, tacos, dormentes, postes e compensados de madeira foram exportados, através dos vagões da Estrada de Ferro Bahia-Minas e dos navios que atracavam em Ponta de Areia e Caravelas.

Em áreas enormes do centro, do leste e do norte do Mucuri, a substituição da mata natural por capins (de origem africana, como o coloniã) gerou novas paisagens, em função de drástica transformação do quadro vegetal. Ocorreu uma verdadeira “savanização” do Mucuri ou, para usar a expressão do geógrafo americano James J. Parsons (1972), na região se produziu uma “africanização”. A pecuarização da economia regional, a presença do latifúndio e a degradação da floresta inviabilizaram a sobrevivência dos camponeses, meeiros, parceiros e agregados que enchiam as áreas rurais da região nos momentos iniciais da conquista da fronteira. Tanto que, a partir dos anos 1950, o Vale do Mucuri deixou de ser área de atração de migrantes para se tornar área de expulsão de população.

A trajetória da região do Vale do Mucuri é caracterizada, portanto, pela existência de *trade-off* entre desenvolvimento e qualidade ambiental, do que resultaram relações desequilibradas entre economia-sociedade-natureza. Num círculo vicioso cuja intensidade aumentou desde os anos 1950, as pressões exercidas pelas atividades antrópicas na região têm minado as próprias bases de reprodução no espaço da sociedade regional. Entre os anos 1960 e 1980, esse processo de longa duração desvelou-se por inteiro, na medida em que provocou fortes correntes emigratórias (calcula-se que 36% da população do Mucuri em 1970 abandonaram a região durante a década de 1970) e proporcionou a essa parte de Minas Gerais péssimos índices de qualidade de vida, além da perda de participação relativa no PIB mineiro.

Uma trajetória de crise ambiental que, ainda hoje, parece longe de haver encontrado seu termo. Ao contrário, as pressões socioambientais que pesam sobre o Mucuri continuam acentuadas. No atual momento de intensificação da produção e exportação de *commodities*, que implica num impulso na mercantilização dos territórios, assiste-se a expansão das monoculturas da cana-de-açúcar, de eucalipto e de pinus na região, bem como a implantação

apressada e nada cautelosa de projetos hidrelétricos. Dessa forma, emergem novos conflitos ambientais no Mucuri ao mesmo tempo em que os grandes empreendimentos que se instalam na região persistem marcados pela baixa geração de empregos.

O Vale do Mucuri continua a exportar “água e sol”, dilapidar sua base de recursos naturais e oferecer poucas oportunidades de vida digna para seus habitantes.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Valdeí Lopes de (org.). *Teófilo Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível*. Belo Horizonte: SEC/Arquivo Público Mineiro, 2007.

ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná – pontes, “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 153-175, jan./jun. 2008.

ESPÍNDOLA, Haruf S.; WENDLING, Ivan J. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 177-197, jan./jun. 2008.

FELIPPE, Miguel Fernandes, NUNES, Marcos Antônio e BUENO, Justine. Desmatamento da bacia do Mucuri em Minas Gerais: causas históricas e processos recentes. In: WILDHAGEN, Cid Dutra (Org.). *Reflexões e experiências para a sustentabilidade do desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IDENE, 2009.

FONSECA, Ivan Claret Marques. *Nanuque, seu povo, sua história*. Brasília, DF: s.n., 1985.

GIFFONI, José Marcello Salles. *Trilhos arrancados: história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1878-1966)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GOMES, Jaime. *Um trem passou em minha vida. Contos, crônicas, artigos*. Teófilo Ottoni, MG: Gráfica Expresso, 2006.

MARTINS, Marcos Lobato e NUNES, Marcos Antônio Nunes. “O povo saía quando o recurso era pouco”: migrações rurais do Médio Jequitinhonha para o Vale do Pampã nos séculos XIX e XX. In: *Anais do Seminário Visões do Vale 4*, Belo Horizonte, UFMG, maio 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. Mineração, identidade garimpeira e meio ambiente: os conflitos em torno da extração de diamantes no Alto Jequitinhonha, 1989-1995. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo – RS, 2007.

MATTOS, Izabel Missagia. *Civilização e revolta: os botocudos e a catequese na Província de Minas Gerais*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NOGUEIRA FILHO, José. *Carlos Chagas: 60 anos de história*. Carlos Chagas, MG: edição do autor, 1998.

PAULA, João Antônio de (Org.). *Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

PARSONS, James J. Spread of African pasture grasses to the American tropics. *Journal of Range Management*, 25 (1), p. 12-17, 1972.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem, MG: Cedefes, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTOS, Péricles R. *Pioneiros de Águas Formosas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
SILVA, M. A. F. P. (Coord.). *Expedição Rio Todos os Santos: rio de todos que te queremos santo*. Teófilo Otoni, MG: Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri, 2006.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagens através da América do Sul*. Vol. 1. Trad. Friedrich E. Renger e Fábio Alves Júnior. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

ZHOURI, Andréa; ZUCARELLI, Marcos C. Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais: notas preliminares de uma pesquisa em andamento. In: *Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS*, Brasília, 2008.

Data de recebimento: 18/04/2015.

Data de aceite: 03/08/2015.